

SELEÇÃO DE BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

EDITAL: BIC-VIC/UFJF-2021

PROJETO: Gestão Pública no Estado dependente brasileiro no contexto da crise do capital e ofensiva neoconservadora e neofascista.

COORDENAÇÃO: Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho

VAGAS: 2 vagas (**1 vaga bolsista BIC; 1 vaga voluntário/VIC**)

REGRAS:

Poderão inscrever-se a(o)s candidata(o)s que atenderem aos seguintes critérios:

- 1 - Estar regularmente matriculada(o) no curso de Serviço Social da UFJF
- 2 – Ter cursado a disciplina de Gestão e Planejamento
- 3 – Não ter vínculo empregatício
- 4 - Ter disponibilidade de 12 horas semanais
- 5 - Não acumular bolsa com Programas de outras Agências de Fomento ou da UFJF, remunerado ou não, excetuando-se o Programa de Apoio Estudantil.
- 6 – IRA: mínimo de 80 (oitenta) – comprovante a ser enviado junto com a inscrição
- 7 – Média da Disciplina de Gestão: mínimo de 80 (oitenta) - comprovante a ser enviado junto com a inscrição
- 8 – Os candidatos aprovados deverão se comprometer em cumprir as regras previstas no Edital PIBIC/BIC/VIC – 2021

DURAÇÃO DA PESQUISA / PAGAMENTO DE BOLSAS

- A pesquisa e a bolsa terão vigência de 01/10/2021 a 31/08/2022.
- A(O)s candidata(o)s selecionados deverão cumprir as atividades previstas no seu plano de trabalho, em jornada de 12 horas semanais.
- O valor mensal da bolsa BIC é de R\$ 300,00.
- OBS: Para a realização da pesquisa não estão previstas atividades presenciais

PROCESSO DE SELEÇÃO:

Os critérios do processo seletivo são determinados pelo próprio coordenador do projeto de pesquisa, de acordo com os procedimentos estipulados abaixo:

- Avaliação escrita e Entrevista – (IRA e Média da Disciplina de Gestão e Planejamento serão utilizados em sequência como critério de desempate).

AValiação Escrita:

- A SER ENCAMINHADA POR E-MAIL JUNTO À INSCRIÇÃO - PRAZO: **ATÉ 08/09/2021**

Obs: A avaliação escrita constará da elaboração (no máximo 2 páginas), pelo candidato, dos motivos que o levaram a se interessar pelo Projeto de Pesquisa “Gestão Pública no Estado dependente brasileiro no contexto da crise do capital e ofensiva neoconservadora e neofascista”.

- Serão aprovados os candidatos avaliados com nota igual ou superior a 70

- Resultado da Avaliação Escrita – O resultado será encaminhado, por e-mail, aos candidatos - **09/09/2021**

ENTREVISTA – 10/09/2021

HORÁRIO: Entre 9:00 e 14:00 horas

O horário da entrevista de cada candidato será encaminhado por e-mail no dia 09/09/2021

LOCAL: *Link* (Google sala de Aula) a ser enviado pelo Coordenador da Pesquisa

- Serão aprovados os candidatos avaliados com nota igual ou superior a 70

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL – 10/09/2021

O resultado será encaminhado, por e-mail, aos candidatos

O primeiro colocado assumirá a bolsa BIC e o segundo colocado será incorporado como voluntário (VIC)

INSCRIÇÃO

A(O) Candidata(o) deverá encaminhar para o e-mail rodrigo.filho@ufjf.br, até às 23:59h do dia 08/09/2021, os seguintes dados:

Nome Completo:

Matrícula:

CPF:

E-mail:

IRA:

Média Final da Disciplina de Gestão e Planejamento:

Em anexo, o candidato deverá encaminhar os comprovantes do IRA e da Média da Disciplina de Gestão, bem como o documento elaborado para a Avaliação Escrita



PROPP - Pesquisa

Dados do Projeto e do(a) Coordenador do Projeto

Título do Projeto	Gestão Pública no Estado dependente brasileiro no contexto da crise do capital e ofensiva neoconservadora e neofascista.
Referência da Chamada:	(X) BIC/UFJF e PIBIC/CNPq () PIBIC/CNPq AÇÕES AFIRMATIVAS () PROBIC/FAPEMIG () PROBIC-JR/FAPEMIG () Apoio ao Recém-Doutor () Apoio a Grupos de Pesquisa () Apoio à Instalação de Doutores () Cadastro na Propesq
Coordenador do Projeto:	Rodrigo de Souza Filho
Equipe:	- Marina Valéria Delage Vicente Mancini – Mestre em Serviço Social/UFJF e Doutoranda em Serviço Social/UFRJ (pesquisadora). - Greice – Mestre em Serviço Social/UFJF e Doutoranda em Serviço Social/UFRJ (pesquisadora). - Nelson Machado Pinho Junior – Mestre em Serviço Social/UFJF (pesquisador). - Patrícia da Silva Coutinho – Mestre em Serviço Social/UFRJ e Doutoranda em Serviço Social/UFJF - Ana Clara de Oliveira Araújo – Mestranda em Serviço Social/UFJF
Endereços para contato:	Eletrônico: rodrigofilho64@gmail.com Telefônico: 32-988213256
Unidade/Departamento:	Política de Ação do Serviço Social Faculdade de Serviço Social
Data:	31/05/2021

1 . Justificativa/Caracterização do Problema

O estudo proposto decorre, de forma mais imediata, da produção acumulada sobre gestão pública que está consolidada em dois livros (SOUZA FILHO, 2011 e SOUZA FILHO e GURGEL 2016), que, inclusive, têm sido utilizados como referências nas graduações e pós-graduações de Serviço Social para a discussão da temática sobre gestão.

Além disso, os projetos “POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA” (Pós-Doutorado 2015) e “CRISE DO CAPITAL E A CONJUNTURA BRASILEIRA DOS ANOS 2000: AJUSTE NO MODELO NEOLIBERAL DA DEPENDÊNCIA OU ‘NOVO DESENVOLVIMENTISMO’?” (BIC 2017-2018 e 2018-2019), propiciaram o aprofundamento sobre aspectos estruturais da dinâmica do capital e da realidade econômico-social brasileira, à luz da teoria marxista da dependência (SOUZA FILHO, 2016 e 2021/prelo e PINHO JÚNIOR e SOUZA FILHO, 2021/prelo).

Os projetos e produções indicadas permitiram avançar no estudo teórico acerca da temática da gestão pública, a partir dos aportes marxiano, da tradição marxista e da teoria marxista da dependência, além de propiciar o avanço de perspectiva metodológica crítica para a análise da gestão.

Do ponto de vista teórico, a questão fundamental que devemos tratar diz respeito à relação entre o *Estado dependente e seu aparato*. O resgate do debate sobre a questão da dependência (MARINI, 2005) para a análise do contexto atual (OSORIO, 2009 e 2017; MARTINS, 2011; LUCE, 2018 e KATZ, 2020) é fundamental para essa discussão. A distinção entre “Estado” e “aparato de Estado” apresentada por Osorio (2014), a partir do fundamento marxiano, é extremamente pertinente para a análise do Estado em seu conjunto, incorporando suas contradições, limites e possibilidades, no sentido de um maior ou menor atendimento a interesses do trabalho, desde que não inviabilize a acumulação de capital.

Marx (1996, p. 52) mostra que o Estado deve ser analisado a partir da constituição da sociedade civil. Dessa forma, o Estado não é a expressão da universalidade, como diria Hegel (1997), mas sim a expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista, portanto, uma “universalidade alienada”. No caso da sociedade capitalista, o Estado será estruturado tendo como base a relação de exploração estabelecida pelo capital. O Estado, assim, representa a dominação de classe presente na sociedade civil para garantir a manutenção e a reprodução das relações sociais estabelecidas pela ordem do capital.

Osorio (2014, p. 67 – tradução livre), partindo desse entendimento, caracteriza o Estado como “condensação de relações sociais de poder, domínio, e aquelas que conformam comunidade, imperantes em uma sociedade”. O aparato do Estado, para o autor, se configura como a “coisificação” do Estado, ou seja, a materialização das relações sociais de poder e domínio e das relações que permitem a construção de comunidade, realizada através de um conjunto de instituições, um corpo de leis e o pessoal do Estado. Além disso, o autor afirma que, no capitalismo, a classe dominante tende a delegar a administração do aparato do Estado para outros setores sociais de outras classes sociais.

Complementando, podemos dizer que o aparato do Estado dependente, enquanto ordem administrativa, de maneira geral, sofre influência advinda das determinações oriundas das relações sociais de produção. Por outro lado, a ordem administrativa como instrumento de materialização da dominação de classe presente no Estado sofre as interferências da formação social específica (SOUZA FILHO, 2011 e SOUZA FILHO e GURGEL, 2016).

Portanto, a linha de análise proposta entende que as mudanças processadas no aparato do Estado respondem ao movimento global do capitalismo dependente, devendo ser entendidas sob esse prisma, e não como um processo de racionalização da administração.

Neste sentido, consideramos que ocorre uma imbricação dialética entre “patrimonialismo” e “burocracia” (SOUZA FILHO, 2011 e SOUZA FILHO e GURGEL, 2016), derivada do processo de desenvolvimento do capitalismo dependente a partir de um pacto de dominação que requer a manutenção dos elementos tradicionais da administração. Dessa forma, a gênese e a estrutura da ordem administrativa do aparato do Estado dependente brasileiro se fundam no patrimonialismo e na burocracia.

Sobre essa base processa-se, nos anos de 1990, ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso, a contrarreforma do Estado e, no seu bojo, a contrarreforma administrativa de cunho gerencialista (PAULA, 2004, BEHRING, 2003 e ANDREWS, C. e KOUZMIN, A. 1998), a partir da implementação do padrão de desenvolvimento capitalista liberal periférico (PLP) (FILGUEIRAS, 2014 e 2018). Entendemos que o gerencialismo se configura, em termos gerais, como uma proposta que não se refere a um modelo pós-burocrático, pois nem supera nem suprime a burocracia - pelo contrário: indica a manutenção da burocracia através de um processo que combina “burocracia monocrática” (WEBER, 1999), para os centros de decisão, com “flexibilização burocrática”, via descentralização, para a periferia da ordem administrativa, possibilitando a incorporação de traços patrimonialistas na gestão pública (SOUZA FILHO, 2011).

Através da centralização burocrática, que se configura como a estruturação de uma burocracia monocrática, viabiliza-se a coordenação das ações necessárias para o projeto de transnacionalização radical (FIORI, 1998). Por intermédio da flexibilização da burocracia, alcançam-se três objetivos: diminuição de gastos públicos para contribuir com o ajuste fiscal, redução do poder da burocracia permanente e manutenção de traços patrimonialistas na administração pública para propiciar a participação dos setores tradicionais da estrutura de dominação.

No período mais recente, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula da Silva, em 2003-2010, e Dilma Rousseff, em 2011-2016, mantiveram, o Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico (PLP) presente no Brasil desde 1990. Todavia, isso não significa que ao longo de quase trinta anos, as políticas econômicas e sociais tenham sido as mesmas. Contudo, as diferenças permaneceram filiadas às distintas frações do capital que pressionavam o bloco político no poder e às mudanças que ocorriam na dinâmica da economia mundial – crise neoliberal, *boom* das *commodities* e crise iniciada em 2008, por exemplo (PINHO JUNIOR e SOUZA FILHO, 2021).

Dessa maneira, associar o desempenho da economia brasileira até mesmo em seu melhor momento durante os governos petistas, entre 2006 e 2008 – retomada das taxas de crescimento, melhora de indicadores sociais, a ampliação do emprego, o aumento do salário mínimo, a redução da pobreza e ampliação dos gastos sociais - a um padrão social desenvolvimentista não se sustenta, uma vez que, apesar de a política macroeconômica mais flexível adotada em alguns períodos, não foram construídas políticas estruturantes e estratégicas para avançar no enfrentamento da dependência.

A economia global permitiu que algumas medidas flexíveis de política macroeconômica fossem utilizadas pelos governos PT, aliviando os impactos sociais produzidos pelos primeiros momentos de desenvolvimento do PLP no Brasil. As causas que produziram a melhora dos indicadores econômicos e sociais não estiveram relacionadas à alteração do padrão de desenvolvimento econômico e social, mas sim a uma conjuntura externa favorável à economia brasileira, por isso, a mudança da conjuntura desmontou radicalmente os avanços obtidos pelos governos do Partido dos Trabalhadores (FILGUEIRAS, 2014, pp. 37-38).

Complementando, em relação à estrutura da dependência, houve manutenção da dinâmica da transferência de valor, superexploração da força de trabalho e ruptura do ciclo de capital (PINHO JUNIOR e SOUZA FILHO, 2021).

Neste quadro, as políticas e propostas para a gestão pública dos governos PT mantiveram a direção indicada anteriormente: manutenção da burocracia através de um processo que combina “burocracia monocrática”, para os centros de decisão, com “flexibilização burocrática”, via descentralização, para a periferia da ordem administrativa, possibilitando a incorporação de traços patrimonialistas na gestão pública (VARGAS, 2012 e SOUZA FILHO e GURGEL, 2016).

A crise econômica internacional afeta o Brasil de forma mais efetiva a partir de 2013 indicando, entre outros aspectos, o processo de desaceleração do crescimento econômico. O segundo mandato do governo Dilma se iniciou no contexto da crise econômica e política e agiu, neste cenário, buscando alternativas à direita para enfrentar o contexto de crise. O ano de 2016 conclui a ruptura da conciliação de classe construída pelo PT (ARCARY, 2011 e IASI *et ali*, 2019) para manter o PLP, atendendo a alguns interesses das camadas médias e de setores da classe trabalhadora. É neste contexto que, em 2016, o governo de Dilma Rousseff é findado por um golpe articulado por parte dos aparelhos do Estado como o Parlamento, o Judiciário (com aval da Suprema Corte) e a Polícia Federal; pelos oligopólios da mídia e pela atuação ativa das diferentes frações das classes dominantes e dos setores médios. Não foi um golpe no regime político, mas no governo, o que foi possível pelo próprio funcionamento de uma nova institucionalidade democrática restrita, blindada (DEMIER, 2012 e 2017). As ofensivas contrarreformistas e o ajuste fiscal do novo governo pós golpe de Michel Temer foram expressos no documento “Uma ponte para o futuro”, lançada pelo PMDB, *no qual contém as diretrizes políticas para levar a cabo as regressões nos direitos sociais e trabalhistas, a aceleração da criação das melhores condições para a acumulação capitalista e a acentuação da blindagem do regime.*

O governo Bolsonaro, além de dar continuidade a radicalização da agenda econômico-social do governo Temer, incorporou ao governo, de forma estrutural, o neoconservadorismo e traços neofascistas que já estavam presentes, mas ainda não desenvolvidos, consolidados e explícitos na condução da política nacional (CISLAGHI e DEMIER, 2019 e BENJAMIN, DEMIER e ARCARY, 2020).

Dessa forma, a partir dos aportes indicados acima, analisar o contexto mais recente da crise do capital e a condução deste processo pelos governos Temer e Bolsonaro, buscando avaliar as propostas e políticas para a gestão pública brasileira é o objeto do presente estudo.

2 . Objetivos

2.1 Geral:

- Analisar os elementos teóricos, políticos e institucionais que fundamentam as mudanças da administração pública e as propostas de reforma administrativa elaboradas ao longo dos governos Temer e Bolsonaro (2015-2021), no contexto da crise contemporânea do capital, no quadro brasileiro configurado enquanto “padrão de desenvolvimento capitalista liberal periférico”.

2.2 Específicos

- Aprofundar estudo crítico-bibliográfico sobre a crise do capital e seus impactos no Brasil a partir das indicações marxianas, marxistas e da teoria marxista da dependência.
- Aprofundar o debate político-econômico-social sobre os fundamentos do desenvolvimento brasileiro ao longo das primeiras décadas do século XXI.
- Aprofundar os marcos teóricos e institucionais que configuram as propostas “gerencialistas” de contrarreforma da administração pública.
- Analisar a relação entre a dinâmica atual do capitalismo contemporâneo e as propostas/ações relacionadas à administração pública.
- Avaliar, a partir da análise documental (planos, projetos, legislações, dentre outros) e dos dados estatísticos sobre a burocracia estatal (quadro de pessoal e gasto público), a direção e a concepção administrativa do período de estudo (2015-2021).

3 . Metodologia e Estratégias de Ação

O presente estudo se insere no marco da teoria social crítica e busca, a partir das reflexões acumuladas sobre a realidade da sociedade capitalista contemporânea, indicar pistas para solucionar alguns dilemas relativos à gestão pública. Esta perspectiva advém do entendimento de que sendo o serviço social uma profissão eminentemente interventiva, a tarefa propositiva e normativa deve estar, também, no campo das preocupações acadêmicas.

A assertiva acima propõe explicitar a concepção de que no campo do serviço social é necessário um aprofundamento teórico-prático que interrogue criticamente a realidade e que produza, também, pistas para uma consequente intervenção na sociedade. A produção global na área deve atender a essa perspectiva, o que não significa dizer que toda a produção da área deve tratar da análise crítica da realidade e de indicações propositivas.

Neste sentido, o trabalho ora apresentado, além de dar continuidade às reflexões, mais amplas e estruturadas do coordenador da pesquisa acerca do tema da gestão pública (Souza Filho, 2011 e Souza Filho e Gurgel, 2016), está voltado para realizar a análise crítica da orientação da gestão pública brasileira no quadro do capitalismo contemporâneo, no âmbito de um país dependente, sob a égide de um padrão de desenvolvimento capitalista “liberal-periférico”, que sofre os avanços neoconservadores e de traços neofascistas na condução do aparato do Estado.

Para a efetivação da pesquisa, além de estudos bibliográficos sobre a temática, serão levantados e analisados dados sobre a estrutura/propostas de gestão pública vigentes e/ou apresentadas durante o período proposto para a investigação (2015-2021).

Portanto, para essa proposta metodológica, ganha relevância a análise documental. Esse tipo de análise envolve a técnica de abordagem qualitativa – o que não implica, obviamente, desconsiderar dados quantitativos. Vale destacar que a pesquisa documental é de extrema relevância, uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (ABREU, 2004). Esse tipo de análise permite que sejam utilizados materiais que não receberam tratamento analítico e que estão aptos a passar por uma análise crítica. (IDEM).

É importante sublinhar que o objetivo na coleta desses dados e informações é o de desvelar os fundamentos teóricos, políticos e institucionais das propostas para a administração pública presentes ao longo do período 2015-2021.

Para o presente estudo é importante compreender que a apreensão do termo política pública, sob a perspectiva administrativa, requer o entendimento acerca do processo de análise de uma política pública. Como elucida Arretche (2006), qualquer forma de avaliação envolve necessariamente um julgamento, uma atribuição de valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular, de maneira a analisá-la a partir de uma concepção de justiça – explícita ou implícita.

Dessa forma, para a autora, não existe possibilidade de que qualquer modalidade de avaliação ou análise de políticas públicas possa ser apenas instrumental, técnica ou neutra.

Para a autora, a compreensão da avaliação política corresponde à análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política, ou seja, as razões que a tornam preferível a qualquer outra. Nesse sentido, tal avaliação permite ressaltar tanto o caráter político

do processo decisório – que implicou na adoção de uma determinada política – quanto os valores e critérios políticos nela identificáveis (ARRETCHE, 2006, p. 30). Assim, tendo como referência o processo de avaliação política categorizado pela autora, buscar-se-á, no presente trabalho, apreender e avaliar a política proposta/implementada para a gestão pública, ao longo do período 2015-2021.

Entendemos que para avançar no debate acerca de tal política, devemos considerar três eixos de análise, quais sejam: o político, o teórico e o institucional.

Durante a construção do eixo político, tem-se a intenção de identificar os aspectos da política macroeconômica e social dos governos (2015-2021) a fim de averiguar a sua incidência na ordem administrativa. A compreensão desses aspectos se torna relevante na medida em que permitirá desenvolver a apreensão acerca da direção política dada à gestão pública ao longo do período estudado.

Em relação ao eixo teórico, serão analisadas as propostas para a administração pública, tendo como referência o entendimento de que a burocracia representa a configuração hegemônica da ordem administrativa no capitalismo, ressaltando o processo de constituição da administração pública brasileira como a imbricação do patrimonialismo com a burocracia. Tem-se como finalidade central compreender teoricamente os fundamentos que embasam as propostas e políticas para a gestão pública dos governos analisados.

Por fim, por intermédio do eixo institucional, serão resgatados os aspectos institucionais que estão presentes nas propostas e políticas para o aparelho do Estado durante o período 2015-2021.

Procedimentos:

- Estudo bibliográfico acerca da análise da crise do capital contemporânea
- Estudo bibliográfico sobre a Teoria Marxista da Dependência e o contexto atual do desenvolvimento capitalista;
- Estudo bibliográfico sobre gestão pública no contexto atual
- Levantamento de dados sobre a burocracia estatal quantitativo e distribuição por órgãos (executivo, legislativo e judiciário); salários; formação profissional e gasto público.
- Levantamento de planos, propostas, legislações diretamente relacionados à estruturação da burocracia estatal

OBS: Todos os procedimentos da pesquisa poderão ser realizados virtualmente.

4 . Resultados e os impactos esperados

- Contribuição com a ampliação do debate crítico acerca das propostas de gestão pública no quadro do capitalismo contemporâneo, no contexto de um país dependente;
- Contribuição para o debate acerca da concepção de gestão pública que tem orientado a dinâmica da gestão pública brasileira;
- Contribuição para a formulação de elementos teórico-operativos que auxiliem a intervenção profissional do assistente social no campo da gestão pública;
- Fortalecimento do debate teórico-político do Serviço Social brasileiro acerca do tema da “gestão pública”.
- Fortalecimento dos estudos sobre gestão pública e política social no âmbito do grupo de pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas
- Articulação com pesquisadora(e)s do Serviço Social que estudam gestão pública

- Socialização da produção dos resultados da pesquisa junto ao curso de graduação e de pós-graduação, categoria profissional;
- Produção de comunicações em eventos nacionais e internacionais
- Publicação de livro e dois artigos sobre a temática da pesquisa

5 . Cronograma

Atividades	Quadrimestre		
	1º	2º	3º
Estudo bibliográfico acerca da análise da crise do capital contemporânea	X	X	
Estudo bibliográfico sobre a Teoria Marxista da Dependência e o contexto atual do desenvolvimento capitalista	X	X	
Estudo bibliográfico sobre gestão pública no contexto atual		X	X
Levantamento de dados sobre a burocracia estatal quantitativo e distribuição por órgãos (executivo, legislativo e judiciário); salários; gasto público	X	X	
Levantamento de planos, propostas, legislações diretamente relacionados à estruturação da burocracia estatal	X	X	
Sistematização dos dados coletados		X	X
Análise dos dados coletados			X
Elaboração do relatório final			X

6. Orçamento

Este projeto não necessitará de aporte financeiro, na medida em que a pesquisa empírica será realizada por meio de levantamento de dados existentes nos sites oficiais do governo federal e do poder legislativo.

7. Referências Bibliográficas

ABREU, S. E. A. de. *Pesquisa e análise documental*, 2004. Disponível em www.unievangelica.edu.br. Acesso em: 03/04/2011.

ANDREWS, C. e KOUZMIN, A. "O discurso da nova administração pública". In: *Lua Nova*. São Paulo, CEDEC, 1998.

ARCARY, V. *Um reformismo quase sem reformas*. São Paulo. Editora José Luís e Rosa Sudermann, 2011.

ARRETCHE. M. T. S. *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 4 ed - São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2006.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez, 2003.

BENJAMIN, C., DEMIER, F. e ARCARY, V. *O ovo da serpente: a ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2020.

CISLAGHI, J.F. e DEMIER, F. (Orgs.). *O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro. Consequência, 2019.

DEMIER, F. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2017.

FILGUEIRAS, Luiz. A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente brasileiro. *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, São Paulo, nº 23, p. 32-38, out. 2014.

_____. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. *Cademo CRH*, Salvador v. 31, nº 84, p. 519-534, dez. 2018.

FIORI, J.L. *Os moedeiros falsos*. 5ª edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998.

HEGEL, G.W.F. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

IASI, M. et ali. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília. Lutas Anticapital, 2019.

KATZ, C. *A teoria da dependência 50 anos depois*. São Paulo. Expressão Popular, 2020

LUCE, M. S. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo. Expressão Popular, 2018.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

MARTINS, C.E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. SP: Boitempo, 2011.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.

OSORIO, J. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución: refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo*. Mexico. Editorial Itaca, 2009.

_____. *Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación. Una propuesta de desarme teórico para avanzar*. In: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179518/Cr%C3%ADtica%20a%20Katz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 31/05/2021.

_____. *Estado, reproducción del capital y lucha de clases: la unidad económica/política del capital*. México: Universidad Autónoma Metropolitana. 2014.

PINHO JUNIOR, N. e SOUZA FILHO, R. Neodesenvolvimentismo ou Padrão Liberal Periférico: interpretação dos governos brasileiros à luz do orçamento federal e de indicadores sociais e econômicos de 2003 a 2016. In: IAMAMOTO, M.V. e DURIGUETTO, M.L. (Orgs.) *Serviço Social: Questão Social, Território e Política Social*. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2021 (no prelo).

PAULA, A.P.P. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SOUZA FILHO, R. Fundo público e políticas sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas. In: *Resvista Em Pauta*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, n. 37, V. 14, 2016. p. 174-198.

_____. *Gestão Pública e democracia: a burocracia em questão*. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2011.

_____. Teoria Marxista da Dependência, fundo público e política social: breves apontamentos. In: PAIVA, F.S. e DURIGUETTO, M.L. (Orgs.) *O trabalho profissional da psicologia e do serviço social: questões, tensões e perspectivas*. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2021 (no prelo).

SOUZA FILHO, R. e GURGEL, C. *Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção pública*. São Paulo. Cortez, 2016.

VARGAS, T. *O Governo Lula e a Administração Pública Federal: análise crítica*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Vol I. Brasília, UNB, 1999.